

## **Conselho Nacional de Educação | 3 de dezembro de 2025 – Dia Internacional da Pessoa com Deficiência**

Ex.mo Senhor Presidente do Conselho Nacional da Educação,

Prof. Doutor Domingos Fernandes,

Excelentíssimos Senhores Conselheiros,

Excelentíssimas Senhoras Conselheiras

Assinalamos hoje o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, instituído pela ONU para reforçar a defesa da dignidade, dos direitos e do bem-estar das pessoas com deficiência. Esta data lembra-nos, todos os anos, que o caminho da inclusão é inadiável e que a escola tem um papel determinante na construção de uma sociedade mais justa.

Permitam-me, por isso, trazer a este plenário um tema que nos é particularmente caro: o da Educação Inclusiva. Falamos de uma abordagem que garante que todas as pessoas — independentemente das suas características físicas, cognitivas, sensoriais, sociais, culturais ou emocionais — tenham acesso, participação e aprendizagem plena na escola. Promover educação inclusiva significa criar condições reais de equidade, onde cada estudante é reconhecido, apoiado e valorizado nas suas diferenças.

Antes de partilhar convosco algumas das minhas muitas das minhas preocupações, na área da Educação, quero começar por reconhecer aqueles que, no terreno, tornam esta intenção uma prática viva e diária.

Quero homenagear os professores e professoras, com especial apreço para as professoras e professores do Ensino Especial que reinventam as suas metodologias, que acolhem, adaptam e escutam com atenção. Profissionais que insistem em ver competências onde outros veem obstáculos, e que dão corpo a uma escola que acredita no potencial de cada aluno.

Quero igualmente destacar as equipas de apoio — terapeutas, psicólogos, assistentes operacionais, intérpretes e os profissionais dos Centros de Recursos para a Inclusão — que cuidam, orientam, sensibilizam e fortalecem vínculos essenciais à aprendizagem e ao desenvolvimento.

Quero reconhecer hoje aqui o trabalho meritório de muitas direções de Agrupamento e coordenações pedagógicas que trabalham diariamente para criar ambientes mais acessíveis e equitativos.

E, por fim, quero saudar as famílias, que partilham dúvidas, angústias e conquistas, lembrando-nos sempre que a inclusão nasce na empatia e se sustenta no compromisso partilhado.

Contudo, apesar de tantos esforços e de tantos exemplos inspiradores, sabemos que ainda existe um caminho longo e exigente pela frente. Agradeço, assim, ao Senhor Presidente do Conselho esta oportunidade para partilhar algumas das minhas muitas preocupações relativas à concretização plena da educação inclusiva em Portugal.

Aquilo que nos chega de profissionais, de famílias e das próprias crianças e jovens evidencia alguma inconsistência na resposta das escolas. O atendimento varia de acordo com as pessoas envolvidas, revelando desigualdades profundas. Isto demonstra que, apesar de algum empenho do Ministério da Educação, muitas medidas têm sido insuficientes, fragmentadas e pouco articuladas, não refletindo, na prática, o compromisso necessário para transformar a legislação em realidade.

Recordo que em 2023 a OCDE publicou o relatório “Strength through Diversity”, que avaliou a implementação da educação inclusiva em Portugal. Este relatório reconhece que o nosso país possui uma das legislações mais avançadas da Europa, mas identifica falhas significativas na sua implementação.

Sublinha três áreas prioritárias:

1. **Um financiamento claramente insuficiente**, que limita a capacidade de resposta dos agentes educativos;
2. **A preparação inicial inadequada dos docentes** e a falta de formação contínua robusta nas áreas da diversidade, equidade e inclusão.
3. **A ausência de critérios universais de ação**, que reduzam desigualdades entre agrupamentos e escolas de diferentes contextos culturais, geográficos e socioeconómicos.

Estas três prioridades são sentidas diariamente por todos os que trabalham na educação inclusiva.

Permitam-me contudo destacar aqui duas áreas absolutamente cruciais, que precisam de ser repensadas e reforçadas com urgência: a **Intervenção Precoce na Infância** e os **Centros de Recursos para a Inclusão (CRI)**.

A Intervenção Precoce, dirigida a crianças dos 0 aos 6 anos, é talvez uma das respostas mais transformadoras no setor da inclusão. Quando bem implementada, pode alterar trajetórias, reduzir atrasos no desenvolvimento e evitar dificuldades sérias na idade adulta. Contudo, as equipas de Intervenção Precoce estão subfinanciadas. O número de acordos é muito inferior ao número de casos que urge atender. As listas de espera crescem e muitas crianças são atendidas pela urgência da sua situação, sem que as organizações recebam qualquer compensação adicional.

Esta situação é injusta, insustentável e contraditória com o que sabemos ser decisivo: **quanto mais cedo se intervém, maiores são as oportunidades de desenvolvimento saudável**.

No que diz respeito aos CRI, que desempenham funções essenciais previstas no Decreto-Lei n.º 54/2018, a sua importância é inegável. Os CRI favorecem a inclusão de alunos com necessidades complexas, reduzem barreiras, reforçam práticas pedagógicas e articulam saúde, educação e inclusão de forma integrada. Contudo, a realidade mostra que continua a existir uma grande indefinição quanto ao seu enquadramento, missão e estabilidade.

As certificações anuais e tardias impedem as organizações de programar com segurança e consistência o funcionamento destas equipas. O modelo de financiamento e a precariedade laboral afastam técnicos qualificados.

Verificamos ainda um desvio entre o que a legislação prevê para as equipas dos Centros de recursos para a Inclusão — ações de sensibilização, formação e construção de ambientes inclusivos — e aquilo que, na prática, as escolas solicitam prioritariamente: **apoios terapêuticos individualizados**, que não devem ser a única vertente de atuação.

Temos recebido dezenas de relatos de profissionais, famílias e alunos com deficiência que confirmam falhas no sistema atual.

É evidente para todos nós que houve um retrocesso no apoio aos jovens com deficiência, o que se reflete no aumento notório da procura de escolas especiais. Este dado, por si só, deve preocupar-nos profundamente.

A vida das crianças e jovens com deficiência não pode ficar suspensa à espera de decisões políticas ou de grupos de trabalho de resultados morosos.

A urgência das suas necessidades exige respostas rápidas, estáveis e articuladas.

Senhor Presidente, Senhores Conselheiros,

Queria terminar esta intervenção reafirmando algo que considero essencial: apesar das dificuldades e fragilidades do sistema, existem equipas extraordinárias, profissionais incansáveis e comunidades educativas inteiras que provam, todos os dias, que uma escola inclusiva é possível. Uma escola onde cada criança se sente acolhida, valorizada e feliz; uma escola que reconhece cada aluno como cidadão de pleno direito.

É a estas pessoas que hoje prestamos homenagem. E é com elas — e por Todos os alunos — que devemos continuar a construir uma educação onde ninguém fique para trás e onde a inclusão deixe de ser apenas uma intenção para se tornar um facto plenamente vivido em todas as escolas do nosso país.

Muito obrigada pela atenção

.